

ENSINAR GEOGRAFIA NA EJA INTERVENTIVA: ENTRE O DIREITO NEGADO E A PRÁTICA POSSÍVEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Eduardino Alves Rodrigues Junior*

Numa sala de EJA Interventiva em Ceilândia, no Distrito Federal, uma professora de Geografia chega à noite e encontra doze estudantes esperando: quatro com Transtorno do Espectro Autista, dois com Síndrome de Down, os demais com deficiência intelectual em diferentes graus. Ela nunca fez um curso de educação especial. Foi designada para essa turma porque tinha horário disponível. Compra material com o próprio salário, fabrica seu material para comunicação em casa, imprime na escola quando a impressora funciona. Essa cena, documentada por Rodrigues Junior (2024) no Centro Educacional 07 de Ceilândia (CED 07), não é exceção, é a regra nas periferias do DF. E é o ponto de partida inescapável de qualquer reflexão honesta sobre como ensinar Geografia nesse contexto.

A EJA Interventiva é a modalidade da Educação de Jovens e Adultos destinada a pessoas com deficiência intelectual, TEA, múltiplas deficiências e outras condições que inviabilizam o acompanhamento do currículo regular, mesmo com adaptações. No Distrito Federal, existe formalmente desde 2010, respaldada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015). Na prática, existe com todos os problemas que a existência formal sem financiamento real produz. Junior (2024), em pesquisa realizada em cinco escolas periféricas do DF, documenta que a esmagadora maioria dos

* Mestrando Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO) do Instituto Federal de Brasília – Campus Riacho Fundo (IFB – Riacho Fundo). Correio eletrônico: edu.geografia2022@gmail.com

professores foi alocada nessas turmas sem formação em educação especial, que equipes multiprofissionais são quase inexistentes e que tecnologia assistiva funcional simplesmente não chega a essas escolas. O argumento central do autor é preciso: a falta de material de apoio não é acidente administrativo, mas um descaso com a modalidade EJA, pois sempre foi historicamente negada a esse grupo mais vulnerável, que mesmo com poucas oportunidades alguns muito poucos conseguem se ingressar ao mercado de trabalho. Quando a oferta é no período noturno, dá-se a entender que existem duas escolas dentro de uma. No diurno há dificuldades, mas ainda se reservam materiais; no noturno, o esquecimento é quase normal.

Com todas essas dificuldades sociais, fica claro o papel que a Geografia pode desempenhar para enriquecer o aprendizado nessa modalidade. Como essa área do conhecimento trata da relação entre o ser humano e o espaço, ela carrega um potencial pedagógico muito importante aos estudantes da EJA Interventiva. Parte da ideia do lugar vivido, onde jovens e adultos com deficiência intelectual moradores de periferias, estão sempre rodeados de conteúdo geográfico o professor passa a ser mediador e o responsável para apresentar novos formatos para essa educação.

O trajeto de ônibus, a feira no centro da cidade, a enchente que alaga a rua de casa, o posto de saúde que fica longe demais. Ensinar Geografia a partir da Ceilândia real, da Samambaia vivida, do Sol Nascente que cresceu sem planejamento e sem infraestrutura, é um ato pedagógico e também um ato político. A cidade é o currículo, o território é o livro didático mais próximo que esses estudantes poderão ter.

Entender o currículo da EJA Interventiva não é e não pode ser o mesmo currículo do ensino regular simplificado. Ele se organiza por eixos funcionais: autonomia cotidiana, comunicação, socialização, orientação espacial, numeramento e letramento aplicados à vida. (Currículo em Movimento, 2023). Para o professor de Geografia, trata-se de uma mudança de perspectiva didática: não se trata de ensinar “formações do relevo brasileiro” em versão simplificada, mas de usar a Geografia para desenvolver competências que

ampliem a autonomia do estudante. Em vez de projetar o mapa do Brasil e explicar as macrorregiões, o professor pode perguntar: De onde vem o que você come? Por que as enchentes trazem mais danos nas Cidades Satélites do que no Plano Piloto? Como podemos chegar na escola usando o GPS ou um mapa colocado na parede da sala? Essas perguntas que normalmente trazem muitas dúvidas em salas regulares, já os estudantes com deficiência intelectual conseguem respondê-las, porque a resposta mora na sua própria experiência.

Para estudantes com deficiência intelectual e TEA, o aprendizado geográfico é mais eficaz quando parte de referências concretas, reconhecíveis e emocionalmente conectadas à experiência pessoal. Mapas abstratos e escalas convencionais raramente funcionam como ponto de entrada, mas uma fotografia aérea da Ceilândia tirada do Google Maps, mostrada no celular do próprio professor, produz reconhecimento imediato. Uma maquete construída com caixas de papelão e terra representa o relevo do DF com mais eficácia pedagógica, para esse público, do que qualquer diagrama impresso. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) orienta que os ambientes de aprendizagem ofereçam múltiplos meios de representação, de expressão e de engajamento (CAST, 2018). Nas aulas de Geografia, isso significa, mostrar o mesmo conteúdo em formatos diferentes como foto, objeto, mapa, vídeo e aceitar respostas em formatos variados. Apontar, desenhar, organizar fotos em sequência, usar prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e reconhecer que cada estudante conhece o próprio território, o que pode aproximar o educando da disciplina e fortalecer a confiança nas diversas formas de aprender. A Ceilândia que eles habitam já é um currículo geográfico completo, o professor precisa apenas aprender a lê-la junto com eles.

Uma falha do sistema tradicional é que, na EJA interventiva, não convém avaliar alunos por meio de provas escritas e notas numéricas. Esses instrumentos normalmente não avaliam e passam a ser de exclusão. A avaliação na EJA Interventiva precisa ser processual, observacional e centrada em competências funcionais. Já com o professor de Geografia, isso se traduz em registros mais evidentes de observação (O estudante identifica o próprio

bairro no mapa? Consegue planejar um trajeto de ônibus simples?), portfólios fotográficos que documentam a interação com os materiais ao longo do semestre e demonstrações de competência em situações concretas. Para estudantes sem comunicação oral, a prancha de CAA permite que o professor avalie sem exigir escrita: apresenta imagens e o estudante responde apontando, com o olhar ou com um comunicador alternativo. Essa forma de avaliar não é menos rigorosa, é mais próxima da realidade do estudante e revela com mais clareza o que ele aprendeu e o que a escola efetivamente ofereceu.

Qualquer ideia brilhante para melhorar o ambiente escolar, mesmo que seja a mais criativa, nunca poderá substituir o investimento público que a lei já garante e que o Estado insiste em não realizar. Rodrigues Junior (2024) documenta, no CED 07, um crescimento médio de 22% ao ano no número de estudantes com deficiência matriculados entre 2019 e 2024, sem qualquer crescimento equivalente em recursos, profissionais especializados ou infraestrutura. Arroyo (2017) nos lembra que o direito à educação não pode ser condicionado à produtividade econômica do sujeito. O estudante da EJA Interventiva não precisa se preocupar com fatores externos para merecer uma escola que o reconheça como aprendiz. Uma escola inclusiva é direito. O professor, mesmo com todas as dificuldades, deve adaptar suas aulas, não esquecendo que adaptação não é modificação e nem simplificação, adaptar dentro do próprio conteúdo de sua turma regular, se a turma for só de alunos especiais, não significa mudar ou melhorar o conteúdo para atender o currículo da escola, adaptação é, simplesmente, atender a todos dentro de suas possibilidades, de acordo com os documentos existentes, envolvendo todos os atores dentro e fora da sala de aula, independentemente da disciplina ou do conteúdo. A Geografia nesses cenários, além dos conteúdos, pode transformar teorias em práticas, pois pode caminhar com eles pelo território que já habitam e que, ao mesmo tempo, é o mais potente recurso didático que qualquer aula poderia ter. Enquanto esse investimento não vem, a professora de Geografia continua fabricando pranchas de comunicação em casa e os estudantes

continuam aprendendo apesar de tudo, porque eles querem e porque ela também quer.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel González. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes Pedagógicas para a EJA Interventiva*. Revisão 2020. Brasília: SEEDF, 2010.

RODRIGUES JUNIOR, Eduardino Alves. *EJA Interventiva nas escolas públicas de periferia do Distrito Federal: ausência de investimento público, precariedade na formação docente e o direito negado*. Pré-Projeto de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO – IFB Campus Riacho Fundo). Brasília, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

